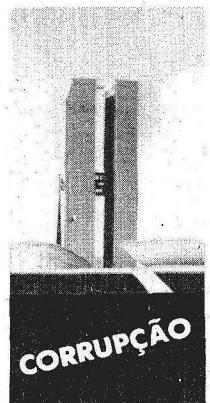


Erro da Mesa amplia prazo da defesa de acusados

LUIZA DAMÉ



Uma falha da assessoria da Mesa da Câmara está retardando o início do processo de cassação de 16 deputados e um suplente, sugerido pela CPI do Orçamento. Os técnicos não alertaram com antecedência o presidente Inocêncio Oliveira de que durante a revisão constitucional, as sessões ordinárias da Câmara são somente às segundas-feiras — o que dá aos acusados cinco semanas para defesa. Para corrigir o erro, terça-feira, o projeto de resolução restabelecendo sessões diárias será votado e permitirá que no dia 9 de março seja concluído o processo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A votação do projeto, no entanto, não deverá ser tranquila. O PDT já fechou questão contra a mudança do regimento e pretende obstruir a sessão, pedindo verificação de quorum, principalmente porque isso também retardaria os trabalhos do Congresso revisor. “Não podemos aceitar esse casuísmo. Queremos a cassação dos culpados, mas se o regimento prevê sessões semanais não pode ser mudado, prejudicando o direito de defesa”, argumentou o vice-líder do PDT, deputado Giovanni Queiroz (PA), ex-integrante da CPI.

Acordo — O pedetista lembrou

que esse tipo de decisão, a ser usada contra deputados que a CPI constatou terem fraudado o Orçamento, poderá se voltar contra outros parlamentares. “O projeto de resolução é como um ato institucional que pode cair sobre a cabeça de qualquer um de nós”, alertou. Inocêncio pretende fechar um acordo com os líderes para garantir o quorum na terça-feira e a aprovação do projeto de resolução, possibilitando que no mesmo dia a representação da Mesa contra os parlamentares seja encaminhada à CCJ. O presidente da CCJ, deputado José Dutra (PMDB-AM), admitiu que houve um descuido da Mesa nesse sentido e lembrou que ele avisou o presidente da necessidade de alterar o regimento.

Diante do descuido da Mesa da Câmara, o advogado dos deputados Manoel Moreira e Cid Carvalho, Valmor Giavarina, tentou um acordo para garantir um maior prazo à defesa. Ele disse ao deputado Inocêncio Oliveira que retiraria a representação no Supremo Tribunal Federal — que contesta a mudança da periodicidade das sessões — em troca de mais tempo para a defesa.

Com o vacilo da Mesa da Câmara, o encaminhamento da representação à CCJ vai atrasar em pelo menos uma semana, ampliando informalmente o prazo de defesa. O advogado, entretanto, não se conformou com essa brecha e queria emendar as cinco sessões de defesa com o recesso de carnaval — período em que, o presidente da Câmara já anunciou, não haverá sessão.



Para corrigir a falha, Inocêncio quer que a Câmara vote na terça projeto restabelecendo sessões diárias e não semanais

Geraldo Magela